Partidos ameaçam a faxina no Congresso

MARIA LIMA

BRASÍLIA — A intenção inicial era cortar na própria carne, fazer uma histórica faxina para varrer do Congresso os políticos que enriqueceram às custas da manipulação de recursos do Orcamento da União. Passados 55 dias da criação da CPI da máfia do Orçamento e os primeiros depoimentos que empolgaram a opinião pública, o que se vê agora é uma luta fraticida entre membros da CPI e os grupos corporativistas que tentam, usando de todos os meios de pressão, desviar os rumos das investigações. Rachada por interesses partidários, a CPI viveu sua semana mais tensa e ninguém pode dizer com segurança onde ela vai dar.

Nestes 52 dias — já está na primeira prorrogação — apenas 12 dos 32 denunciados pelo ex-assessor do Orçamento José Carlos Alves dos Santos foram ouvidos na CPI. Protegidos pelo corporativismo, pela pressão explícita de partidos, pelo volume gigantesco de trabalho dos

investigadores e até pela dificuldade de se chegar a provas do envolvimento com a máfia, quase duas dezenas de denunciados estão conseguindo passar em branco pelo crivo dos depoimentos.

— Eu vou continuar quietinho no meu canto. Não têm que me convocar nem o que me perguntar. E se me convocarem, vou lá dizer um monte de desaforos e coisas feias. Eles já têm aí uns oito para cassar, não vão me convocar — desafia o senador Saldanha Derzi (PP-MS), que entrou em campo esta semana para impedir a convocação do filho, deputado Flávio Derzi.

Na subcomissão de emendas, os membros da CPI esboçaram terça-feira uma lista de parlamentares que deveriam ser convocados para depor. A lista provocou uma grande polêmica na reunião plenária da CPI e acabou tendo que ser revista.

— Pelos menos três emissários do senador Mauro Benevides me procuraram para pedir a retirada do nome do filho — confirma o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).



A CPI da máfia do Orçamento: muita conversa e pouco resultado prático

Pelo menos três emissários do senador Benevides me procuraram para tirar o nome do filho dele

Deputado Roberto Magalhães